



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

Registro: 2023.0000206854

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1012050-14.2020.8.26.0625, da Comarca de Taubaté, em que é apelante _____, são apelados _____ e _____.

ACORDAM, em 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U. Sustentaram oralmente as Drs. Leila Aparecida Salvati e Fernanda Giorno de Campos.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PASTORELO KFOURI (Presidente), _____ E _____.

São Paulo, 15 de março de 2023

PASTORELO KFOURI

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Voto nº: **1638**

Apelação nº: **1012050-14.2020.8.26.0625**

Relator: **Pastorelo Kfour**

Órgão Julgador: **7ª Câmara de Direito Privado**

Comarca: Taubaté/5ª Vara Cível

Juiz: Pedro Henrique do Nascimento Oliveira

Apelante: _____

Apelados: _____ e outro

APELAÇÃO CÍVEL – ação de ressarcimento de valores – vedação de comportamento contraditório – venire contra factum proprium – irrevogabilidade do dispositivo assinado pelas partes – quitação dos deveres inerentes à relação societária extinta – benfeitorias que, em tese, teriam sido realizadas no imóvel do coapelado – inovação da tese em sede recursal – inobservância de pedidos inaugurados em recurso de apelação – princípio da primazia do mérito – que aconselha o conhecimento do apelo – manutenção da sentença recorrida por seus próprios fundamentos – recurso desprovido.

Apelação Cível nº 1012050-14.2020.8.26.0625-Voto nº 1638-BMjsa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Trata-se de recurso de apelação interposto por _____, em face da r. sentença de fls. 2.645/2.648, que julgou improcedente a ação de ressarcimento de valores proposta em desfavor de _____ e _____.

_____, médico, e _____, também médico, em meados de 2018, uniram seus esforços, associando-se sob a denominação de “_____.” (posteriormente rebatizado como “_____.”), para concretizar a montagem de uma clínica médica em imóvel de propriedade do co-apelado, _____ a quem lhe seria mensalmente paga a importância de R\$ 4.500,00 a título de aluguel, conforme ajustado em contrato verbal de locação.

O imóvel foi submetido a reforma de grandes proporções para ter condições estruturais e legais de abrigar o empreendimento dos então sócios.

Segundo alegações do apelante, sua genitora, _____, arquiteta, realizou o projeto de reestruturação da propriedade imobiliária. Tal projeto foi, por cortesia, assinado por _____, que atua como engenheiro.

O centro médico iniciou suas operações em março de 2019, mas as encerrou no final do mesmo ano por conta de divergências pessoais entre os sócios. Em agosto de 2020, foi assinado o instrumento de distrato social (fls. 138/139) entre o impugnante e seu colega de profissão, _____. Destaque-se a cláusula terceira do referido instrumento:

“Os sócios dão entre si e à sociedade plena geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem um do outro, seja a título que for, com fundamento no contrato social e suas alterações, declarando, ainda, extinta, para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

todos os efeitos a sociedade em referência, com o arquivamento deste distrato na Junta Comercial do Estado de São Paulo.”

Poucos dias após a assinatura do distrato, o apelante ajuizou a presente ação de ressarcimento de valores contra o ex-sócio, pleiteando, em síntese, a restituição do valor de R\$ 105.305,00. Sustentou que, ao todo, investiu R\$ 130.053,70 no empreendimento empresarial, adquirindo equipamentos médicos, bens mobiliários e realizando transferências bancárias ao apelado, _____. Ainda, cita o valor de R\$ 9.769,00, que corresponderia aos serviços de arquitetura e projeto prestados por sua genitora.

Doravante, apontou que do total investido, não deveriam ser auferidos R\$ 20.250,00 (referentes à metade dos aluguéis pagos ao proprietário do imóvel, _____) e R\$ 4.543,00 de equipamentos retirados do imóvel pelo autor.

Em contestação a fls. 165/206, os apelados, preliminarmente, apontaram ilegitimidade ativa do autor para a cobrança da contraprestação referente aos serviços executados por _____ preliminar acolhida pelo despacho saneador de fls. 2329/2330.

Sentença a fls. 2645/2648.

A fls. 2651/2670, o autor interpôs o presente recurso de apelação, em suma, reiterando os fundamentos lançados à inicial, mas adicionando e alterando parcialmente seus argumentos.

Em contrarrazões a fls. 2685/2715, os apelados aduziram a presença de inovação recursal no apelo do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

É o relatório.

Diante do curso do presente processo, não há dúvida alguma a qualquer dos envolvidos quanto à válida e eficaz assinatura feita pelo apelante no instrumento de distrato social da sociedade empresarial (fls. 138/139).

Por meio de tal documento, _____ e _____ atestaram, entre si e à sociedade, plena, geral e irrefutável quitação de qualquer pendência envolvendo o vínculo societário que ali findavam. Desta forma, incongruente a conduta do apelante; por certo que se havia algo a ser reclamado por alguma das partes distratantes ainda à época da convalidação do referido instrumento, não deveria tal parte tê-lo assinado.

O impugnante afirma que realizou a transferência de R\$ 99.415,00 em favor da pessoa física de seu então sócio e que, por isso, não poderia ser considerada quitada pelo instrumento de distrato por ambos assinado. Evidentemente, o apelante não investiu o mencionado valor no imóvel, mas na clínica – pessoa jurídica que, por sua vez, utilizou os recursos fornecidos por seus sócios para reformar o imóvel visando seus próprios interesses comerciais.

Quanto a este tópico, convém reproduzir o que foi acertadamente apontado pela r. sentença:

“O autor, ouvido em audiência, disse que assinou o distrato naqueles termos por livre vontade, justificando que os pedidos constantes desta ação são relativos ao investimento que ele fez na clínica em si, e não na sociedade. Mas, ora, a clínica mencionada era a sede da sociedade em comento e a pessoa jurídica foi formada exatamente para prestar serviços médicos na clínica estabelecida. Sendo assim,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

é certo que a divisão de custos para a reforma do espaço e para a compra da aparelhagem dizia respeito à sociedade.”

Já quanto à indenização por benfeitorias realizadas no imóvel do co-apelado, _____, friso que somente é possível ao magistrado analisar o que foi expressamente pedido na petição inicial ou na contestação sendo vedado às partes alterarem o pedido em grau de recurso. O Código de Processo Civil, em seus artigos 490 e 492, estabelece o vínculo inevitável entre o julgador e o pedido formulado pelas partes.

A comparação entre petição inicial e o recurso do autor permite anotar divergência no que concerne aos pleitos e os argumentos que, em tese, os sustentam. Inicialmente, o apelante pleiteou pela condenação solidária dos apelados ao pagamento do quanto, a seu ver, demonstrou _ atribuindo a ambos a obrigação de pagar-lhe valor composto por fatos jurídicos de naturezas distintas, quais sejam, indenização por benfeitorias e restituição de valores referentes aos bens móveis deixados na clínica. Posteriormente, em etapa recursal, pediu pela condenação de José Luiz à indenização por benfeitorias no imóvel de sua propriedade e pela condenação de _____, para que este lhe devolvesse os bens móveis listados na inicial.

Deve-se ressaltar que, em momento algum, havia sido suscitada a tese veiculada na apelação; na inicial, explicitou que o valor havia de ser solidariamente restituído pelo ex-sócio, já que a ele foram feitas as transações que totalizaram tal montante, e pelo co-apelado, já que proprietário do imóvel reformado com o referido capital. Entretanto, em apelação, mesmo tendo afirmado na inicial que não desejava cobrar pela valorização do imóvel, pediu que o proprietário o indenizasse pelas benfeitorias realizadas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Tampouco consta na inicial a vontade do autor em reaver bens móveis deixados sob posse do ex-sócio e seu genitor _____ que, inclusive, foram contabilizados para obtenção da importância final outrora demandada pelo apelante.

As superficiais incongruências entre petição inicial e recurso de apelação, no que tange a seus argumentos e fundamentações, em tese, demonstram a prática de inovação recursal pelo apelante – o que lhe é defeso, nos termos do art. 1.013, §1º, CPC.

Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§ 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado.

Conhecer de pedidos inéditos teoricamente inaugurados por recurso de apelação implicaria, em tese, violação aos art. 1.013 e 1.014, CPC.

Entretanto, ainda que se possa observar divergência entre os pleitos iniciais e recursais, não devem tais elementos impedir o julgamento do presente apelo – já que o objeto dos pleitos é o mesmo disputado em ambas as instâncias processuais, não configurando pedido inédito e, tampouco tendo sido inaugurado em sede recursal. Assim, em que pese a tais considerações, sob a égide do princípio da primazia do julgamento de mérito, deve este recurso ser conhecido.

Prezo por reafirmar o entendimento adotado pela r.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

sentença impugnada. Os ex-sócios, indubitavelmente, deram, entre si e à sociedade, plena quitação dos deveres referentes à atividade comercial extinta. Por isso, não se resguarda com qualquer premissa válida o apelante que, em contradição ao instrumento de distrato, requer em juízo o que outrora reconheceu como quitado.

São desnecessários outros fundamentos além dos aqui expostos, assim como os da bem lançada sentença, expressamente adotados para evitar inútil e desnecessária repetição, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Por derradeiro, a fim de evitar a oposição de embargos de declaração única e exclusivamente voltados ao prequestionamento e observando o pacífico entendimento do STJ de que desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida (EDROMS 18205/SP, Min. Felix Fischer, DJ de 08/05/2006), tenho por expressamente prequestionada a matéria. Em sendo manifestamente protelatórios os embargos, aplicar-se-á a multa prevista no art. 1.026, §§ 2º e 3º, do CPC.

Confirmada a sucumbência do apelante, custas e despesas processuais na forma da r. sentença e honorários advocatícios que majoro a 12%, nos termos do art. 85, §11, CPC.

Ante o exposto, **conheço** do recurso, mas **NEGO-LHE PROVIMENTO**. Para todos os efeitos, mantenha-se a r. sentença de fls. 2.645/2.648 por seus próprios fundamentos.

PASTORELO KFOURI
Relator